

### XXIII – EXAME DA OAB

Edson, idoso aposentado por invalidez pelo regime geral de previdência social, morador de Maringá, recebe um salário mínimo por mês. Durante mais de três décadas, esteve exposto a agentes nocivos à saúde, foi acometido por doença que exige o uso contínuo de medicamento controlado, cuja ministração fora da forma exigida pode colocar em risco a sua vida.

Em razão de sua situação pessoal, todo dia 5 comparece ao posto de saúde existente na localidade em que reside, retirando a quantidade necessária do medicamento para os próximos trinta dias. No último dia 5.02.2023, foi informado, pelo Diretor do referido posto, que a central de distribuição não entregara o medicamento, já que o Município, em razão da crise financeira, não pagava os fornecedores havia cerca de seis meses.

Inconformado com a informação recebida, Edson formulou, logo no dia seguinte, requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Saúde, autoridade responsável pela administração das dotações orçamentárias destinadas à área de saúde e pela aquisição dos medicamentos encaminhados à central de distribuição, órgão por ele dirigido. Na ocasião, esclareceu que a ausência do medicamento poderia colocar em risco sua própria vida.

Em resposta escrita, o Secretário reconheceu que Edson tinha necessidade do medicamento, o que fora documentado pelos médicos do posto de saúde, e informou que estavam sendo adotadas as providências necessárias à solução da questão, mas que tal somente ocorreria dali a 160 (cento e sessenta) dias, quando o governador do Estado prometera repassar receitas a serem aplicadas à saúde municipal. Nesse meio-tempo, sugeriu que Edson procurasse o serviço de emergência sempre que o seu estado de saúde apresentasse alguma piora.

Edson, de posse de toda a prova documental que por si só basta para demonstrar os fatos narrados, em especial a resposta do Secretário Municipal de Saúde, procura você, uma semana depois, para contratar seus serviços

como advogado(a), solicitando o ajuizamento da medida judicial que ofereça resultados mais céleres, sem necessidade de longa instrução probatória, para que consiga obter o medicamento de que necessita.

Levando em consideração as informações expostas, ciente da desnecessidade da dilação probatória, elabore a medida judicial adequada, com todos os fundamentos jurídicos que conferem sustentação ao direito de Edson. (Valor: 5,00)

## Distribuição dos Pontos (APENAS PARA NOTA DE CONHECIMENTO)

ITEM	PONTUAÇÃO
A peça adequada – A peça equivocada gera a nota zero	
<b>Endereçamento:</b> A petição deve ser endereçada ...	0,00/0,10
Impetrante:...	0,00/0,10
Autoridade coatora: ...	0,00/0,10
Legitimidade ativa de ...	0,00/0,20
Legitimidade passiva do Secretário: ...	0,00/0,20
<b>Fundamentos de mérito:</b> 1 - ...	0,00/0,50/0,60
2 - ...	0,00/0,10/0,50/0,60/0,70
3 - ...	0,00/0,50/0,60
4 - ...	0,00/0,30/0,40
5 - Os fundamentos constitucionais do direito à saúde justificam a escolha do ....	0,00/0,10/0,20
6 - Há prova pré-constituída, já que ...	0,00/0,20/0,40
<b>Fundamentos da liminar:</b> A relevância da fundamentação está expressa nos argumentos de mérito ...	0,00/0,40
Há risco de ineficácia da medida final se a liminar não for deferida, tendo em vista a urgência da situação, pois...	0,00/0,40
<b>Pedidos:</b> Concessão da medida liminar, para que ... Ao final, procedência do pedido, com confirmação da concessão da ordem, atribuindo-se caráter definitivo à tutela liminar (0,20).	0,00/0,20/0,40
<b>Valor da causa</b> (0,10).	0,00/0,10
<b>Fechamento:</b> local, data, assinatura e OAB (0,10).	0,00/0,10